

CRÔNICA: NOS LIMITES DA LITERATURA

Lenise Ribeiro Dutra (UNIFSJ)

lenisedutra@yahoo.com.br

Marcos Antônio Pereira Coelho (UENF)

Eleonora Teixeira Campos (UENF)

norinhatli@yahoo.com.br

Lembrar e escrever: trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica vivido – uma definição que se poderia aplicar igualmente ao discurso da História, a que um dia ela deu lugar. (ARRIGUCCI, 1987, p. 51).

1. Introdução

A crônica, na modernidade, exige uma visão bastante atenta para a apreensão tanto de seus limites quanto de seus alcances. O cronista, desde a Idade Média na narrativa de caráter documental, à documentação do cotidiano, na modernidade, é dotado do que se pode considerar livre arbítrio que faz com que sua abordagem temática ultrapasse esses limites do cotidiano. Este processo de liberdade do escritor tem proporcionado uma visão subjetiva para a narrativa que assumiu, entre nós, o papel de texto que prima pela linguagem coloquial e cujos assuntos voltavam-se para as amenidades da vida cotidiana.

Candido (1992) questiona a expressão “gênero menor” e assinala “para os milagres operados pela simplificação e naturalidade”. Apoiado nestes dois aspectos, este estudo verifica que a questão da simplicidade, linguística e temática e até mesmo o caráter breve do texto cronístico têm sido elementos propiciadores ao acesso do leitor à visão humana no que diz respeito ao seu cotidiano. O que Candido propõe, ao dizer que ao não lançar mão da grandiloquência e que ainda que a perspectiva do cronista não “seja a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés do chão”, é que a crônica pode assumir caráter de texto literário e seu comprometimento com a temática cotidiana poderá vir impregnado de elementos expressivos, que possibilitam perceber outros pactos do texto com aqueles não pré-estabelecidos. Segundo Portella (1975) “o que interessa é que a crônica acusada injustamente como um desdobramento marginal ou periférico do fazer literário, é o próprio fazer literário”.

Para traçar o caminho, serão observados o fazer literário de Fernão Lopes, cronista-mor da Torre do Tombo, enquanto reinava D. João I; a carta de Pero Vaz de Caminha, que constitui na literatura brasileira o primeiro documento com o registro de imagens e impressões sobre a nova terra; o nascimento do folhetim, advindo da França, na imprensa brasileira; o espraio da crônica pela literatura na modernidade e a percepção de sua importância de objeto literário. A presença da crítica literária, desde a Antiguidade ao espírito do Modernismo transitará neste estudo na intenção de verificar a relevância de texto literário da crônica. O caráter subjetivo da crítica e a qualificação literária da crônica, a democratização da Arte e a discussão instaurada na reflexão sobre a qualidade de objeto literário oferecem suporte ao estudo.

2. *Cronistas e viajantes: um olhar subjetivo sobre a narrativa histórica*

Na Idade Média aparece a crônica, uma espécie de texto de que se utilizavam os cronistas para organizar os documentos e as narrativas sobre a história do Reino, em ordem cronológica. A etimologia do vocábulo pressupõe a marca temporal do texto que não passava de mero relato sobre uma ou outra personagem, sendo o objetivo primeiro o registro histórico e a documentação. No universo da documentação, constitui-se, assim, o surgimento da crônica. Em 1434, Fernão Lopes, além de pesquisador, promovido à cronista-mor do reino português, incluía em seus relatos não só as ações de reis e nobres, mas submetia os dados a um criterioso exame.

Vivia-se, a partir deste momento, o limite entre as teorias do antropocentrismo e do teocentrismo: o homem dispôs-se a interferir objetivamente no mundo em que vivia. Passou a valorizar a própria capacidade intelectual e artística, tornando-se autor de descobertas científicas e criador de obras que seriam admiradas por séculos. A visão medieval de Fernão Lopes, entretanto, não impede a inscrição humanística que ele faz da história. A preocupação analítica, no sentido de colocar o leitor a par dos mínimos detalhes que caracterizam a história e até a valorização do aspecto plástico que o texto proporciona, faz de Fernão Lopes um instaurador de um *status* literário ao texto cronístico.

O estilo elegante e coloquial, entremeado de narrações e descrições faz do texto cronístico, a partir de Fernão Lopes, um espaço que pode levar o cronista à recordação e a impressões pessoais ao narrar o fato

histórico, registrando, portanto, uma nova espécie narrativa. Sobre a crônica de Fernão Lopes, Massaud (1990, p. 32) registra:

A atividade historiográfica evolui desde o frio e árido rol de nomes até à narração e interpretação dos fatos. Todavia, somente com Fernão Lopes adquire superior relevância, graças ao sentido duplo com que é praticada: o literário e o histórico propriamente dito.

Os primeiros escritos de informação sobre o Brasil têm cunho notadamente descritivo e objetivam-se em fazer levantamentos gerais da terra nova descoberta. O escrivão, Pero Vaz de Caminha imortaliza-se pela carta ao rei D. Manuel a fim de comunicar a descoberta e descrever os primeiros contatos entre os europeus e os nativos. Muitos outros relatos foram feitos, no entanto, é o texto de Caminha que melhor registra a terra brasileira, e ao acrescentar ao texto impressões pessoais, elementos mágicos, características fantásticas, manipular a linguagem, por não se limitar ao simples relato impessoal; e por deixar demonstrar o entusiasmo provocado pelas novas imagens que se apresentam na descrição do novo mundo e na visão edênica da nova terra, Caminha propicia o caráter literário de seu texto.

É pertinente apresentar um conceito da função poética cujo objeto é a mensagem por ela própria para detectar a função literária do texto de Caminha, que ao relatar a história do descobrimento do Brasil o faz com olhar bastante subjetivo:

De ponta a ponta é toda praia rasa e bem formosa. Pelo sertão, parecemos do mar muito grande, porque a estender a vista não podíamos ver senão terra e arvoredos, parecendo-nos terra muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro (...). Mas a terra em si é muito boa de ares, tão frios e temperados (...) Águas são muitas e infindas. (...) Mas o melhor fruto que nela se pode fazer, *me parece* que será salvar essa gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar. (1982, p. 12-13).

A esta época a ausência de uma atividade literária que fosse responsável pela construção da identidade brasileira, fez a crônica, além de registrar o *chronos* e as imagens grandiosas fotografadas pelas retinas de seus cronistas, servir de legítima representante para a instauração do espírito brasileiro.

3. *A crônica assenta suas raízes*

Na segunda metade do século XIX, em virtude da situação política por que passava o país, a imprensa brasileira apresenta uma atividade

jornalística bastante conservadora – entre 1830 e 1850, os pasquins começam a desaparecer, visto que desempenhavam papel importante na realidade política, que a partir daquele momento toma outro rumo: visa à consolidação do regime escravagista e feudal que se sustenta no latifúndio. Ausente de motivos desaparece a imprensa de caráter político. A partir dessa época, surge a fusão da literatura com o jornalismo; a comunhão de homens das letras e de homens do jornal. A literatura que mantinha, até então, ligação com revistas e jornais especializados, com a decadência da imprensa política funde-se a esta.

As transformações que se faziam acontecer eram bastante significativas; a burguesia é a classe consumidora da leitura de emoção e de entretenimento. Chega, até nós, o folhetim que atende às exigências da democratização do jornal, e divulga de maneira mais ampla o que antes era restrito a apenas um grupo social. Das duas espécies de folhetim - folhetim-romance e folhetim-variedades – este último será o responsável pela origem da crônica, tal como surgiu entre nós. A nova entidade literária, que aparece no Brasil, incorpora-se ao espírito da imprensa periódica, seu espaço, no jornal, surge fundamentalmente dedicado à amenização, ao entretenimento, às questões cotidianas. Todas as formas e modalidades de entretenimento de leitura são absorvidas pelo novo espaço. Ali, registra-se de tudo. Ao folhetinista cabe a tarefa de preencher seu folhetim, o ofício de registrar os acontecimentos, emprestando-lhes sua sensibilidade, num exercício de liberdade expressional.

De início – começos do século XIX – *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé, geralmente de primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento. E já se pode dizer que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal. (MEYER, 1992, p. 93).

Ao nascimento da crônica e ao exercício do folhetinista, Machado de Assis faz em 1859, na revista *O Espelho*, observa:

Mas comecemos por definir a nova entidade literária. O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu no jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. (...) O folhetinista é a fusão agradável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Brayner (1992, p. 416), sobre a produção cronística de Machado de Assis, mostra um escritor que se valeu da crônica durante quarenta anos que contribuiu para a sedimentação de sua produção literária: “Na

obra machadiana a crônica não é um texto-ponte para outros, os ‘maiores’. É a solda capaz de unir uma produção literária de mais de quarenta anos”.

Ao participar, durante muito tempo, como cronista do *Diário do Rio de Janeiro*, *Semana Ilustrada*, *O Futuro*, *Ilustração Brasileira* e em *O Cruzeiro*, a parceria entre a literatura e o jornal traduz a opinião de Machado de Assis sobre a atividade do jornalista e do folhetinista: ao primeiro reserva “a luz séria e vigorosa, a reflexão, a observação profunda; ao segundo, o devaneio e a leviandade”. A obra de Machado de Assis, entretanto, valeu-se enormemente deste novo veículo de transição, por utilizar-se dela como experimento para o exercício da narrativa. E desde as frivolidades e amenidades aos assuntos polêmicos e nobres, Machado emprestou seu olhar de cronista maior.

A referência à novidade que circula nos jornais feita nos textos de grandes escritores vale como análise da importância que o folhetim toma ao assumir, paulatinamente, um lugar de atenção entre os espaços dedicados até então a publicações jornalísticas ou literárias, o que gerou enorme repercussão. O folhetim representa um signo literário diferente. E é Machado de Assis um dos escritores que talvez mais tenha usado referências sobre o novo objeto em seus romances e contos.

4. O gênero ganha espaço: a delícia de ser o que é

Coutinho (1997, p.118) apresenta-nos o ensaio, do inglês *essay* como uma modalidade que exige delimitação de significação para o estabelecimento da diferença entre tal objeto e crônica, visto que, muitas vezes, as definições podem causar confusão – “a essência do ensaio reside em sua relação com a palavra falada e com elocução oral”. *Informal essays* e *formal essays* definiam a natureza dos ensaios. O primeiro ficava caracterizado pela linguagem oral, familiar, pela impressão pessoal do ensaísta de suas experiências, lembranças, recordações, fatos de seu tempo; o segundo, o conceito de estudo de reflexão. Entre nós, o sentido de ensaio transpôs a significação antes estabelecida: os *informal essays*, que exprimem o espírito livre, revelam reações pessoais, tornou-se a crônica. A crônica é, portanto, o texto leve, a expressão do cotidiano. Não obstante, entende-se facilmente por que a crônica tenha se aclimatado tão bem no jornal – “fusão admirável o útil ao fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo”, segundo Machado de Assis, em *O Espelho*, não excluindo a marcada expressão lírica.

A crônica propaga-se e o folhetim passa a designar o espaço, a seção na qual eram publicadas as crônicas e outras formas literárias. Neste espaço são publicados, em capítulos, os textos de ficção. Alencar, que estreou como folhetinista do *Jornal do Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, em 1854; Manuel Antônio de Almeida e Lima Barreto são exemplos de escritores que usaram o espaço para seus exercícios de literatura.

Nessa trajetória, tantas vezes intrincada, e que coloca a crônica como objeto de discussão, ao se pesquisar sua origem e função, é que o gênero assume um papel de texto independente, suscitando uma investigação para o questionamento que tantas vezes fica à deriva de análise: o que seria a crônica. E numa observação mais cuidadosa verifica-se o que vai representar em termos literários esta nova entidade literária.

O desenvolvimento notadamente técnico e científico marca as primeiras décadas do século XX. Novas ideias, ao sabor da ciência, ganhavam espaço na vida cotidiana do homem. Sinais da nova civilização que surgia manifesta-se, na busca, sobretudo na valorização de outros modos de expressão. Além da tentativa de ruptura com os valores tradicionais, o espírito moderno busca uma reinterpretação da vida presente e do progresso; incorporação do cotidiano e do popular à literatura. O desejo de buscar novos horizontes e caminhos para as manifestações artísticas e resgate da identidade nacional, o sentimento íntimo brasileiro, revela ser a crônica um dos recursos narrativos caracterizadores deste momento.

Do espaço reservado ao espírito do jornal, a crônica ganha asas, liberta-se e passa a viver por si mesma. Com o advento do Modernismo, um grupo substancial de escritores adere ao novo prazer e escrevem crônicas: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Vinícius, Drummond. Cada um deles emprestando ao texto cronístico seu estilo; imprimindo ali suas emoções, sua visão de mundo, seu olhar bastante subjetivo da realidade, dos fatos e dos acontecimentos. O plano expressivo do escritor será o elemento que irá traçar a diferença na maneira de abordar os assuntos. Mais uma vez a crônica servirá de laboratório literário, de experimentação para a impressão do escritor sobre os acontecimentos que cercam a vida do homem do século XX.

Seguindo a tendência do momento e de outros e de outros gêneros, a crônica se convertia num meio de mapear e descobrir um país heterogêneo e complexo, largamente desconhecido de seus próprios habitantes, caracterizado pelo desenvolvimento histórico desigual, de modo que o processo de modernização podia ser acompanhado pelos contrastes entre os bolsões de prosperidade e vastas áreas de miséria, e o próprio mundo moderno parecia nascer de

mistura com traços remanescentes de velhas estruturas da sociedade tradicional. É assim que uma consciência mais abrangente do país passa a reger o espírito da crônica modernista. (ARRIGUCCI, 1987, p. 63).

“A vida além da notícia” como salienta o crítico Portela (1985) vai oferecendo à crônica outros caminhos a serem trilhados. Do espaço reservado às amenidades, o texto vai ganhando a força e transcendência e o que era de cunho jornalístico e urbano espraia-se, proporcionando que a subjetividade do escritor supere a objetividade do cronista. E ela, a crônica, assume caráter de gênero literário autônomo e substitui, tal como se estabelece entre nós, o *essay* dos ingleses.

O espírito de independência e de autonomia da crônica leva Coutinho (1997) a inseri-la em diversas categorias: a crônica narrativa; a crônica-comentário, aquela que visa à divulgação de fatos, à informação; a crônica metafísica, que possibilita as reflexões filosóficas e, ainda, a crônica-poema em prosa.

De natureza ensaística ou de natureza literária, outros elementos envolvem a crônica e exigem esclarecimentos e atenção. Crônica e linguagem, crônica e caráter literário, crônica e livro são reflexões que permeiam a anatomia que o texto assumiu a partir do momento que ganha adeptos entre a literatura. Num primeiro olhar é preciso investigar o que está estabelecido como padrão linguístico da crônica: nela deve-se buscar linguagem da atualidade, sem, no entanto, desviá-la de expressões características do momento em que é produzida, são as marcas temporais que a conectam com o *chronos*, a noção de contemporaneidade do escritor com seu tempo. A relação entre a sua origem jornalística tem muitas vezes desviado a crônica do papel literário que ela pode, legitimamente, desempenhar. Considerada por alguns estudiosos como gênero anfíbio, que tanto vive das páginas efêmeras de um jornal quanto da “imortalidade” que o livro pode oferecer, a crônica tem escorregado por entre estudos e definições.

Então, a uma só vez, ela pode penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelando-se na direção do passado. (ARRIGUCCI, 1987, p. 53).

A definição de crônica e suas relações com outros campos do conhecimento atestam a sua importância no cenário cultural e literário brasileiro, responsável pela importância que a nova entidade representa, ocupando um lugar tão relevante quanto de outras espécies literárias de

tradição. Esta mobilidade que a crônica se permite somada ao espírito da modernidade a faz incorporar o *status* de objeto literário, feito para permanecer.

5. *Crônica e Literatura: o status literário da crônica*

Acreditando não estar a crítica literária presa à investigação subjetiva, nem proceder ao julgamento insensível do autor e de sua obra e entendendo estar ela ligada a métodos, o olhar da crítica literária parece ter evoluído ao receber a abertura teórica da reflexão contemporânea, incorporando uma série de orientações que se coadunam em um mesmo pensamento, sem perder o rigor frente ao fenômeno literário. O crítico Portella (1985, p. 42-44) verifica que "quando o conhecimento da literatura começou a se constituir criticamente, reflexivamente, ele instaurou uma ampla controvérsia metodológica, a qual se apoiou em bases científicas: a crítica deixava de ser uma leitura vertical para se converter num levantamento topográfico de emoções fáceis" (*ibidem*, p. 44). A crítica literária de bases científicas encontrava obstáculos. Entretanto sua evolução tornou-se consequência no desenvolvimento no universo da criação literária.

A crítica literária tradicional mantinha aprisionadas nos porões da não literatura aquelas obras de maior receptividade da massa leitora. Benjamin (1969, p. 15-47) quando apregoa a queda da "aura de sacralidade" do objeto estético, favorece a dessacralização da Arte, abrindo uma trincheira para a penetração de uma literatura não mais pertencente apenas a uma elite produtora da obra literária.

A atividade de consumo proporcionou o estabelecimento de uma separação entre o que era considerado literário pela crítica e o que privilegiava a estrutura de consumo, qualificada de não literatura, subliteratura. Nesse universo as reflexões recaem na classificação de literatura e paraliteratura, Portella (1985, p. 150) mostra que:

O espaço vazio que separa a literatura exaurida da literatura por vir, é frequentemente preenchido por variadas modalidades expressivas a que se procura denominar paraliteratura ou se poderia chamar pré-literatura, semiliteratura, antiliteratura ou mesmo posliteratura. [...] A paraliteratura ou literatura de massa é assim qualquer texto de efeito sem ou com reduzida literariedade.

Mais adiante, salienta:

Essa realização imprecisa e fluida faz a felicidade e ocupa as horas de lazer do grande auditório do mundo. De um lado por que o fazer literário arti-

ficializado e ocioso assistiu passivamente à sua derrocada. De outro lado porque os produtos paraliterários emergentes foram adquirindo uma total vibração expressiva [...]

Assim, a classificação de literatura e paraliteratura parecia observar critérios subjetivos do crítico e da crítica literária. Em nossa história literária, em virtude de um momento de crise, a chamada paraliteratura marcou presença pela ausência de um signo poético legítimo, como já observado anteriormente nos textos dos viajantes. Sermões, anedotas, o jornal, as revistas constituem a produção paraliterária, exercendo notadamente influência na massa, amparados pela engrenagem do consumo, despertando aí, talvez, seu caráter de não literatura.

A crônica brasileira, apoiada na produção voltada para a massa, disputa espaço junto ao romance, o poema e o conto. O caráter transitório deste gênero tem levado a crítica a refletir sobre a permanência deste objeto estético.

Entretanto, ao entender que o discurso literário se resolve no nível da linguagem e que ela é a fonte da criação, quando rompe as relações exatas entre o significante e o significado, o signo poético se estabelece. Portanto, quando o cronista instaura em seu texto a transgressão da linguagem, ele retira a crônica, antes confinada à paraliteratura, do universo do não literário:

O que interessa é que a crônica, acusada injustamente como um desdobramento marginal ou periférico do fazer literário, é o próprio fazer literário. E quando não o é, não é por culpa dela, a crônica, mas por culpa dele, o cronista. Aquele que se apegava à notícia, que não é capaz de construir uma existência além do cotidiano, este se perde no dia a dia e tem apenas a vida efêmera do jornal. Os outros, esses transcendem e permanecem (PORTELLA, 1985, p. 156-157).

A poética ensina que a essência da poesia consiste nas dimensões translinguísticas abarcadas pela linguagem literária, refutando uma visão de linguagem como apenas uma relação de significado e significante. A linguagem poética encontra na linguística os moldes para sua criação, o instrumento que possibilita o estabelecimento do ser literário, entretanto a linguagem literária rompe o modelo linguístico e projeta a linguagem a outra dimensão. Para se entender o ser da literatura e o que lhe é inerente, é necessário investigar a linguagem que alimenta a literatura, na qual ela cria novos significados. A chave já não é mais a dicotomia saussuriana, mas uma relação tridimensional que estabelece o fenômeno literário e que possibilita o entendimento da literatura: "A expressividade da obra de arte, a novidade de sua estruturação, reside precisamente nessa força

de apresentar dimensões heterogênicas, deixando sempre transparecera unidade". (PORTELLA, 1985, p. 67).

A linguagem literária tem-se voltado, cada vez mais, para a natureza do discurso; a literatura da modernidade descobriu sua função lúdica, afastando-se da pureza estética dos clássicos e da importância semântica dos românticos, e encontra assim, sua especificidade poética no Modernismo. Os gêneros e as espécies literárias transpuseram seus limites metodológicos e são concebidos pelo escritor cada vez mais faminto de novidade. É o que assinala Teles (1989, p. 331):

Quer dizer, todo o peso das convenções literárias se tornará insuficiente para redimir a literatura, que começa a reduzir-se a si mesma para a natureza do discurso. Todos os gêneros, todas as espécies - tiveram de uma hora para outra o seu papel invertido: em vez de serem o ponto de partida da linguagem, passaram a ser o ponto de chegada.

Na descrição dos gêneros literários, a teoria clássica apoia-se na afirmação de que cada gênero é único e difere quanto à natureza e ao prestígio, e que sua fusão não deve ser permitida. Já uma teoria moderna acredita na miscigenação dos gêneros. A crônica revitaliza a segunda teoria, talvez se inserida num *posgnero* em função de seu transitar pelo universo literário consagrado pelas grandes obras. Ao apresentar um texto para a apreciação de um estudo crítico, este procedimento irá suscitar um princípio ordenador, uma aplicação da teoria dos gêneros para organização de sua estrutura. Contudo, inserir a crônica numa espécie literária apenas levará tal atividade para um terreno inóspito - o caráter ambíguo da crônica, sua aproximação com outras espécies, e sua própria caracterização no território dos gêneros, provará que essa delimitação de cunho didático verificará a certeza de que os gêneros literários não se excluem, antes, se completam e se miscigenam. Essa é uma característica da literatura da modernidade e da moderna teoria dos gêneros que não impõe limite às espécies literárias, nem coloca o autor preso em regras. O prazer do texto literário está ligado à dilatação das sensações e como fundamenta Wellek (p. 299) "O gênero representa, por assim dizer, uma soma de processos técnicos existente, de que o escritor pode lançar mão e dispor [...] o bom escritor observa o gênero [...] estende-o, dilata-o".

Qualquer historiador da fase contemporânea da literatura brasileira que desconheça a crônica como um fato literário peculiar desse período, estará sujeito a nos apresentar apenas uma visão mutilada ou incompleta. A crônica, que invadiu ou foi invadida pela poesia, e se instalou no coloquial modernista, multiplicando a sua força expressiva, que, mais do que tudo, desenhou o seu próprio perfil autônomo, é, em face mesmo daquela ambiguidade congênita, uma manifestação superlativa de literatura (PORTELLA, 1985, p. 158).

No universo da validade e da valoração como observa Wellek (p. 302) "os homens devem dar valor à literatura por ela ser o que é; devem valorá-la em função e no grau do seu valor literário", e compreendida desse modo, a crônica como instrumento responsável pela formação da identidade brasileira, conquistou seu caráter de objeto permanente, sobretudo com as propostas do Modernismo, alcançando, assim no dizer de Arrigucci (1987, p. 53),

a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história.

6. *Considerações finais*

O percurso da crônica revela-se, a partir de Fernão Lopes, cronista português, o caminho para a pesquisa do gênero, observando-se a ótica da informação e da documentação como uma narrativa de olhar notadamente subjetivo.

A partir do século XX, a crônica ganha espaço nos jornais e imprime sua marca definitiva e diferenciada da identidade brasileira. José de Alencar e Machado de Assis fazem dela e do espaço reservado a ela no jornal o laboratório, abrindo, assim, as portas para a participação de outros escritores.

Com o advento do Modernismo, muitos escritores absorvem o novo gênero e colocam-no nos limites da literatura ao atribuírem à crônica a relevância de objeto literário quando comprovam que as abordagens do cotidiano não impedem transpor o gênero para o caráter de texto literário.

E a crônica estabelece-se como via de prospecção de uma literatura urbana e, em virtude de suas características estruturais, democratiza o acesso ao universo do literário, até então, intocável e sagrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGUCCI, Davi Jr. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1974.

BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BRAYNER, Sônia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: CANDIDO, Antonio. *A crônica, o gênero e suas fixações no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Cronistas e viajantes*. São Paulo: Abril, 1982.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In: _____. *A crônica, o gênero e suas fixações no Brasil*. São Paulo: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: _____. *A literatura no Brasil*. Dir. Afrânio Coutinho; codir. Eduardo de Faria Coutinho. 4. ed. São Paulo: Global, 1997, v. 6.

GARCIA BERRIO, Antonio; FERNÁNDEZ, Teresa Hernández. *Poética: tradição e modernidade*. Trad. Denise Radanovic Vieira. 1. ed. São Paulo: Littera Mundi, 1999.

LONGINUS. Sobre o sublime. In: *Crítica e teoria literária na Antiguidade*. Trad.: Davi Jardim Junior. Universidade de Bolso.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Quíron, 1976.

PORTELLA, Eduardo. *Teoria da comunicação literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

RAMOS, Maria Luiza. *A fenomenologia da obra literária*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974.

SÁ, Jorge. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

SANTANA, Afonso Romano de. *Por um novo conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1993.

TADIÈ, Jean-Yves. *A crítica literária no século XX*. Trad.: Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

TELES, Gilberto Mendonça. Os limites da narrativa. In: _____. *Retórica do silêncio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 361.

TODOROV, Tzvetan. Teorias da poesia. In: _____. *Os gêneros do discurso*. Trad.: Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VALENTE, André. A produtividade lexical em diferentes linguagens. In: AZEREDO, José Carlos de. (Org.) *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. Lisboa: Biblioteca Universitária, Publicações Europa América, Lisboa, 1962.